



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CURSO DE
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

RUTY KELLY PESSÔA GUIMARÃES

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO**

**CAMPINA GRANDE, PB
2021**

RUTY KELLY PESSÔA GUIMARÃES

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do
título de Graduada em Licenciatura Plena
em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilda Cordeiro de Macedo.

**CAMPINA GRANDE, PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G963e Guimarães, Ruty Kelly Pessoa.
A educação infantil no contexto da pandemia [manuscrito] :
um estudo de caso sobre a relação família e instituição / Ruty
Kelly Pessoa Guimarães. - 2022.
32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Lenilda Cordeiro de Macedo ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação infantil. 2. Aprendizado. 3. Pandemia Covid-
19. 4. Ensino remoto. I. Título

21. ed. CDD 372

RUTY KELLY PESSÔA GUIMARÃES

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do
título de Graduada em Licenciatura Plena
em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 07/10/2021.

BANCA EXAMINADORA

Lenilda Cordeiro de Macedo

Profa. Dra. Lenilda Cordeiro de Macedo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Magnólia de Lima Sousa Targino

Profa. Me. Magnólia de Lima Sousa Targino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Márcia Gomes dos Santos Silva

Profa. Doutoranda Márcia Gomes dos Santos Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	6
2.1 Concepções de Educação Infantil e de Criança e Seus Desdobramentos nas Práticas Pedagógicas Atuais.....	8
3 RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL..	11
4 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA.....	14
4.1 Educação Infantil e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TDICS).....	17
5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	21
5.1 Procedimentos e Participantes da Pesquisa.....	21
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....	22
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO
CHILD EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC: A REFLECTION ON
THE FAMILY AND INSTITUTION RELATIONSHIP**

Ruty Kelly Pessôa Guimarães*

RESUMO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças, em seus aspectos afetivo, social, cognitivo e psicomotor, sendo sua ação complementar à família. Com a Pandemia da Covid 19, o contexto educacional foi completamente modificado, sendo necessária a interrupção do ensino presencial e recomendado, pelos órgãos normativos, de forma emergencial e provisória, o ensino não presencial e/ou remoto. Este estudo teve como objetivo geral analisar a percepção das famílias, no tocante ao ensino remoto na educação infantil, no contexto da pandemia. Como objetivos específicos, tem-se: Investigar as estratégias utilizadas pelas famílias para auxiliarem as crianças no tocante a realização das propostas de atividades e na aprendizagem, avaliar as ações da Escola para proporcionar um ensino de qualidade e evidenciar a diferença entre a rede pública e privada. O referencial teórico constituiu-se de documentos oficiais: (BRASIL, 1996, 1998, 2010, 2020) e de autores como: Abreu e Spaggiari (2017); Melo e Tosta (2008), dentre outros. Utilizou-se como ferramentas metodológicas a pesquisa bibliográfica, exploratória e de campo, na qual utilizamos uma entrevista semiestruturada para a produção dos dados. Foram entrevistadas seis mães de crianças matriculadas em instituições de educação infantil e escolas públicas e privadas de Campina Grande, PB. O estudo evidenciou que as crianças oriundas de instituições de educação infantil, públicas foram as que mais sofreram os danos educacionais da pandemia, uma vez que não possuem condições financeiras para adquirir equipamentos tecnológicos que lhes garantam acompanhar as aulas remotas, como também não possuem o suporte necessário junto à família para terem a possibilidade de acesso às aulas de forma satisfatória. Em se tratando das crianças da escola particulares, os maiores entraves encontram-se na falta de estrutura e preparo dos profissionais de educação para a realização do ensino remoto, pois em muitas famílias foi possível a aquisição de ferramentas tecnológicas, além da contratação de professores particulares, que deram suporte para o desenvolvimento escolar das crianças. Todavia, é preciso ressaltar que a pandemia trouxe grandes dificuldades para se alcançar todos os objetivos educacionais e pedagógicos da Educação infantil, para todas as crianças, independentemente da classe social de pertença.

Palavras-chave: Educação infantil. Pandemia. Acesso. Aprendizado. Limitações.

ABSTRACT

Early Childhood Education is the first stage of Basic Education and its objective is the integral development of children, in their affective, social, cognitive and psychomotor aspects, and its action is complementary to the family. With the Covid 19 Pandemic, the educational context was completely changed, making it necessary to interrupt in-person education and, in an emergency and provisional way, it was recommended by regulatory institutions, that non-face-to-face and/or remote teaching. This study had as principal goal to analyze the perception of families regarding remote teaching in early childhood education, in the context of the

pandemic. As specific objectives, there are: Investigate those used by families to help children with regard to the realization of proposed activities and learning, evaluate the actions of the School to provide quality education and highlight the difference between the public and private network. The theoretical framework consisted of official documents: (BRASIL, 1996, 1998, 2010, 2020) and authors such as: Abreu and Spaggiari (2017); Melo and Tosta (2008), among others. The bibliographic, exploratory and field research was used as methodological tools, in which we used a semi-structured interview for the production of data. Six mothers of children enrolled in early childhood education institutions and public and private schools in Campina Grande, PB, were interviewed. The study showed that children from public early childhood education institutions were the ones who suffered the most from the educational damage of the pandemic, as they do not have the financial means to acquire technological equipment that guarantee them to follow remote classes, as well as lack of support necessary with the family to be able to access classes satisfactorily. When it comes to children from private schools, the biggest obstacles lie in the lack of structure and preparation of education professionals to carry out remote teaching, as in many families it was possible to acquire technological tools, in addition to hiring private teachers, which provided support for the children's school development. However, it is necessary to emphasize that the pandemic brought great difficulties to reach all educational and pedagogical goals of Early Childhood Education, for all children, regardless of their social class.

Keywords: Child education. Family. Pandemic. Remote teaching.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19, iniciada oficialmente no Brasil em março de 2020, trouxe grandes e severas mudanças no contexto de vida social, educacional, emocional e de saúde de todo o povo brasileiro. A população mundial, e em especial, a população brasileira, teve que mudar sua forma de viver em sociedade literalmente de um dia para o outro e tais mudanças trouxeram grandes desafios para todos, independentemente de origem, raça, cor, religião, profissão, etc.

Em termos de Educação, o contexto nacional foi bastante afetado, tendo em vista uma mudança brusca de rotinas educacionais que atingiu de forma bastante árdua todos os indivíduos que compõem a comunidade educacional em todo o Brasil. Em todas as modalidades de ensino presencial, verificou-se uma grande dificuldade de adaptação dos estudantes e professores para com o novo formato de ensino não presencial e/ou remoto. Importante evidenciar a distinção entre ensino remoto (aquele que está sendo realizado de forma online, síncrono, ao vivo, tendo em vista as circunstâncias adversas e o ensino à distância, desenvolvido, estruturalmente pelas instituições de ensino com ênfase no ensino individual de cada aluno, onde as atividades são desenvolvidas de forma síncrona e assíncrona, não necessitando a presença em local e hora predefinidos.

Partindo da análise do contexto educacional, durante a pandemia da COVID 19, surge a pergunta que servirá de base para o desenvolvimento deste estudo: é possível desenvolver um ensino de qualidade através do ensino remoto para crianças da Educação Infantil? A primeira infância compreende do nascimento, até completar seis anos, fase de descobertas, aprendizados, curiosidades e experiências, que as crianças levarão para o resto de suas vidas sendo o objetivo da Educação infantil o desenvolvimento integral da criança.

É, portanto a etapa da Educação que possibilita à criança a se perceber como integrante do mundo, a ampliar seus saberes e suas relações sociais. Sendo detentora de direitos, a criança tem resguardado constitucionalmente todas as garantias para o seu desenvolvimento psíquico, social e físico de forma igualitária. Os

impactos causados pela pandemia explicitaram a necessidade de se repensar a escola e os processos de aprendizagem digitais, que no momento da Pandemia supra citada foram urgentes, abrindo-se possibilidades para inserir as tecnologias digitais na educação infantil visando manter os vínculos e ampliando as possibilidades de aprendizagem digitais.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a percepção das famílias, no tocante ao ensino remoto na educação infantil, no contexto da pandemia. Como objetivos específicos, tem-se: Investigar as estratégias utilizadas pelas famílias para auxiliarem as crianças no tocante a realização das propostas de atividades e na aprendizagem, avaliar as ações da Escola para proporcionar um ensino de qualidade e evidenciar a diferença entre a rede pública e privada.

Justifica-se este estudo pela necessidade de maiores esclarecimentos e avaliações acerca da Educação Infantil em um momento de crise mundial oriunda da pandemia da Covid-19, tendo como pressuposto a detecção de problemas futuros originados na mudança brusca do método tradicional de ensino para a utilização de meios tecnológicos para desenvolvimento das atividades educacionais junto a crianças da educação infantil. Esse estudo tem potencial para desenvolvimento de estudos complementares, tendo em vista que não será possível esgotar um tema tão abrangente quanto este. Este estudo tem importância acadêmica, tendo em vista ter sido feita uma análise acerca da Educação no momento da pandemia, como também para a sociedade, tendo em vista a necessidade de informação acerca de todas as nuances educacionais desenvolvidas no período de crise.

2 A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Foi por volta do século XVIII que surgiram as primeiras escolas para crianças pequenas, tendo por base ideias de vários pensadores da época, que passaram a abordar a educação da criança pequena, tendo sido Jean Jacques Rousseau, filósofo de Genebra (1712-1778), o primeiro pensador a ressaltar que a educação da criança precisava ser diferente, isto porque a criança é um ser singular

Segundo Rousseau, a partir da infância iniciam-se as relações com o mundo, de maneira que nessa fase da vida as pessoas precisam viver sem opressão e repressão social, para que não corra o risco de através de uma sociedade corrompida acabe se alienando e adquirindo seus vícios.

Se quisermos perturbar essa ordem, produziremos frutos precoces, que não terão nem maturação nem sabor e não tardarão em corromper-se; teremos jovens doutores e crianças velhas. (ROUSSEAU, 1973, p.75).

Na concepção de Rousseau a infância é vista como uma fase delicada da vida e que requer cuidados e atenção, pois ninguém nasce pronto, precisa ser moldado, sendo através da educação essa transformação. Quando o ser não é bem educado na infância torna-se um ser incompleto e muitas vezes perdido, ou seja, não se desenvolveu física, moral e intelectualmente.

Seu porte e sua força seriam inúteis até que ele tivesse aprendido a deles servir-se. (...) E, abandonado a si mesmo, ele morreria de miséria antes de ter conhecido suas necessidades. Deplora-se o estado da infância; não se vê que a raça humana teria perecido se o homem não começasse sendo criança. Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência (ROUSSEAU, 1973, p. 10).

Ainda, segundo Rousseau, a criança deve viver esse momento infantil plenamente, por ser de grande relevância e assim não terem sérias consequências em sua formação. Dessa forma, precisam viver livremente, para futuramente, serem crianças felizes e adultos capazes.

Para o criador do “jardim de infância”, o alemão Friedrich Froebel (1782- 1852), a criança é um ser que precisa de cuidados e proteção, mas que possui potencialidades, porém, precisa de condições favoráveis para que tenha um desenvolvimento pleno, ou seja, a escola deve oferecer essas condições para que a criança explore a natureza, conheça a si e o que está em sua volta. “A finalidade maior da educação é, para ele, a realização plena de suas potencialidades, de seu interior. Para isso é necessário o empenho para trabalhar na formação de um ser livre, independente e disciplinado” (FRAGELLI; CARDOSO, 2011, p. 59)

Froebel destaca que através da educação tem-se um importante processo de humanização para que o indivíduo possa se conhecer e, assim, consiga e possa avançar na condução do seu papel na sociedade e no convívio social mais amplo e harmonioso com a natureza e o divino e, com as experiências adquiridas através das vivências contribua para a construção da sociedade.

O autor defende que o uso dos jogos na primeira infância, por ser, em sua opinião o período mais importante, período em que se forma a personalidade, o professor deve trabalhá-los, adequadamente como forma de auxiliar no desenvolvimento infantil de maneira que as brincadeiras sejam direcionadas e centradas na atividade e contribuam no processo de exteriorização da criança e, no seu desenvolvimento moral preparando as crianças para uma convivência harmoniosa e social e, aos poucos, comecem a exercer, desde cedo o papel que cabe a cada um na sociedade. Os brinquedos criados para esse fim são chamados de “dons” para que as crianças, ao tempo que fossem utilizando e manuseando esses objetos descobrissem seus próprios dons, tais jogos e/ou brinquedos começavam com pessoas formando círculos, dançando, se movimentando, movendo e, assim chegariam a sua perfeita sintonia.

Já para a Médica, pedagoga e educadora italiana, Maria Tecla Artemísia Montessori (1870-1952), a criança possui períodos sensíveis, que seriam os iniciais, bem como a criança se encontra em um momento de curiosidade que a leva a explorar o meio, levando assim a conhecer o coletivo e também sua autonomia. Porém, afirmava, como Froebel, a importância do contato da criança com o mundo, ou seja, ao ar livre, porém, também se preocupou na organização do ambiente da sala de aula e com as adaptações de materiais para a vida prática, sensorial e aquisição cultural, para que as crianças pudessem explorar de forma espontânea.

Sua grande preocupação estava em libertar o indivíduo da ordem social preestabelecida, criando uma pedagogia humanista, que priorizou a formação do indivíduo em defesa de si mesmo. (FRAGELLI; CARDOSO, 2011, p. 63)

De acordo com Montessori (1966) o período da infância é extremamente importante na vida do ser humano, pois é identificando as necessidades e as especificidades desse período, que se conhece o homem na sociedade. Em sua opinião, a primeira infância é uma fase pautada pela procura do equilíbrio devido a sua relevância e às inúmeras possibilidades de aprendizagem, entre os conhecimentos que a criança tem e a sua necessidade de se movimentar, denominado “idade sensível” ou “idade do amor”.

O instinto mais forte da criança é, exatamente o de libertar-se do adulto. (MONTESSORI, 1949, p.238)

O educador francês, Celestin Freinet (1856-1966) defendia a criança como um indivíduo de fala, assim também deveria participar ativamente do seu desenvolvimento e ser protagonista, valorizando a produção natural da criança, estimulando sua criatividade e imaginação, sem modelos prontos.

Na pedagogia de Freinet, a criança é convidada a expressar sua verdadeira opinião, e um exemplo disso é o quadro chamado “jornal de parede”, no qual podem ser expressas as opiniões das crianças sobre as atividades realizadas no dia de acordo com as categorias: eu critico, eu proponho e eu felicito. (FRAGELLI; CARDOSO, 2011, p. 63)

Como os autores citados anteriormente, Freinet se dedicou à educação infantil e, também teve como proposta os princípios libertários e da educação para a vida, corroborando no que se diz, de que a criança é a esperança viva de um mundo melhor, capaz de transformar a sociedade, por acreditar na grande capacidade de seu potencial em conduzir-se para aprender, a partir daquilo que lhe despertava interesse, tendo como grande preocupação libertar o indivíduo da ordem social, pois só assim conseguirá criar uma pedagogia humanista, priorizando a formação do indivíduo em defesa de si mesmo. Isto é, que a criança conheça e experimente o mundo ao seu redor e assim expresse sua verdadeira opinião.

Podemos observar que os pensadores supracitados, possuem uma concepção de criança como um ser ativo, e de uma educação infantil voltada para a autonomia da criança, da mesma maneira, valorizam a criança, tornando-as o centro do processo de ensino - aprendizagem, tendo o professor como um guia e/ou orientador, que irá estimular a sua aprendizagem.

2.1 Concepções de Educação Infantil e de Criança e Seus Desdobramentos nas Práticas Pedagógicas Atuais

A Educação e a atenção ofertada às crianças, especialmente no momento da primeira infância tem sido assunto prioritário nas pautas tanto dos governos, quanto de organizações internacionais, além da sociedade civil. No Brasil a Educação Infantil, que abrange as crianças de zero a seis anos de idade, através das atividades educacionais desenvolvidas em creches e pré-escolas, é um direito assegurado constitucionalmente. Assim, verifica-se no artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal o seguinte texto:

Art. 208. “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade [...]” (BRASIL, 1988, p.1)

Complementando as determinações constitucionais, surgiu no ordenamento jurídico brasileiro, em 1996 a Lei nº9394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que em seu artigo 29 determina:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, art. 29)

No Brasil, o Direito a educação infantil é relativamente recente. Até os anos de 1980 a educação da primeira infância era escassa, no que tange ao acesso e sem qualidade, pois era um atendimento de cunho assistencialista e compensatório, sem

nenhum compromisso com o desenvolvimento integral das crianças, vistas apenas como promessas para o futuro e objeto de tutela do Estado. Todavia, foi graças aos diversos movimentos sociais, com destaque para o movimento feminista e para o Movimento nacional de Meninos e Meninas de Rua, além das pesquisas acadêmicas que avanços legais foram possíveis.

Na Constituição Federal de 1988, ficou declarado, no artigo 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, [...] além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p.1)

Observamos que houve um avanço em relação a valorização e a visão da criança, que a partir desse reconhecimento como sujeitos de direitos, inclusive à educação, um cidadão, que não apenas a família tem a responsabilidade de proteger, cuidar e educar, mas também a sociedade e o Estado. Ademais, no Art. 208, inciso IV desta mesma Lei, o Estado deve garantir: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças, de 0 até 5 (cinco) anos de idade.

Regulamentando o previsto na Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, no artigo 29 destaca: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. E continua no art.30, nos incisos I e II: “A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade”. (BRASIL, 1996, p.1). Diante destas importantes decisões legais fica explícito na Carta Magna e, posteriormente na Lei que rege a educação no Brasil, a definição da educação infantil como primeira etapa da educação básica e de criança como sujeito de direitos

Todavia, para que os direitos consagrados em Lei sejam efetivados é necessário construir e implementar políticas públicas, pois para que seja, de forma efetiva, o desenvolvimento da criança, essa garantia deve ser acompanhada de uma equipe de profissionais qualificados, que assegurem a formação integral, como prever o Art.29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira: a primeira infância tem sido estudada por diferentes áreas do conhecimento, como a psicologia, história, antropologia, sociologia, filosofia, etnologia e a pedagogia. Todos os estudos contribuíram para as concepções de infância, criança e de educação infantil atuais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil abordam a concepção da criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL,2010, p.12)

A criança passou a ter visibilidade como sujeito com particularidades distintas dos adultos, visto que necessita de cuidados e educação, ao longo do seu desenvolvimento, pois possuem potencialidades a serem evoluídas, como coloca Loris Malaguzzi:

Uma vez que as crianças sejam auxiliadas a perceber a si mesmas como autoras ou inventoras, uma vez que sejam ajudadas a descobrir o prazer da investigação, sua motivação e interesse explodem. (MALAGUZZI apud GANDINI, 1999, p.76)

A educação infantil deve ser vista como a primeira etapa da educação básica, cujo objetivo é o desenvolvimento integral das crianças e, não meramente assistencialista, pois seu objetivo é o desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor e a socialização das crianças em ambientes coletivos de educação e cuidados, creches e pré-escolas, com propostas pedagógicas que indicam um novo contexto educacional, ou seja, um ambiente lúdico, de cuidado e educação, que promovam a experimentação e o relacionamento com o mundo, através das diferentes linguagens baseadas em práticas pedagógicas mais flexíveis, que compreendam a criança em sua singularidade, que possam respeitar suas singularidades, emoções, sentimentos, culturas e as suas formas de olhar de mundo.

Aos poucos vem-se construindo novas ideias sobre a educação infantil, pois, antes as creches e pré-escolas, eram vistas, ora como ambiente de cuidados e assistência, ora como ambiente de preparação para o ensino fundamental. Estas visões, apesar de ainda prevalecerem, em algumas instituições e até mesmo nos currículos prescritos oficiais, ao longo dos anos foi-se construindo uma perspectiva de educação infantil que tem identidade própria, cuja função é o cuidar e educar crianças visando o seu desenvolvimento em seus múltiplos aspectos: cognitivo, afetivo, social e motor, em parceria com as famílias. Isto é, uma concepção diferenciada, na qual a educação infantil tem objetivo em si mesma e deve-se primar pela qualidade do atendimento.

A concepção de criança é um conceito multifacetado, que foi se estabelecendo ao longo dos tempos e não sendo homogêneo, pois não existe uma natureza infantil universal, mas crianças diversas que se constituem em contextos e situações objetivas de vida diversas: em cada cidade, região, país, ser criança e viver a infância depende de vários aspectos, tais como: classe social, grupo étnico a qual pertença, raça, gênero, dentre outros. Dessa forma, diante da desigualdade social brasileira, na qual a maioria das crianças vivem suas infâncias em situações precárias, muitas vezes submetidas ao trabalho infantil, sofrem violências domésticas e, até abuso sexual, por parte dos adultos enquanto outras crianças, de classe média alta, são protegidas, cuidadas e educadas em ambientes ricos de possibilidades. Portanto, as desigualdades de classe, gênero, etnia marcam as infâncias das crianças, que são diversas. Ariès (1981) afirma que a infância é uma construção social e as crianças são sujeitos sociais, produtores e produtos da cultura, marcados histórica e culturalmente.

Essa contradição revela um conflito social que ainda não resolveu os problemas sociais presentes no cotidiano de várias famílias, principalmente desses sujeitos infantis que precisam, como todo e qualquer ser humano, fazer parte de uma organização familiar, com pessoas que as protejam, cuidem e eduquem e que as percebam como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento.

Importante enfatizar que as práticas pedagógicas da educação infantil devem ser compreendidas como momentos de construção do conhecimento das crianças através da realização de atividades interativas, possibilitando dessa forma o desenvolvimento psíquico, físico e social do indivíduo no ambiente em que vivem, sendo um trabalho conjunto de criação, significação e ressignificação de todos o contexto de vida da criança.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ressalta que:

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. (BRASIL, 2017, p.42)

É fato que para quem está de fora, não compreende o que está por trás de cada proposta planejada e executada, parece que, sempre será uma atividade que qualquer um pode fornecer, o que demonstra o desconhecimento sobre a educação infantil, sobre currículo, sobre como a criança aprende.

Para que a criança não sofra grandes impactos na sua aprendizagem e desenvolvimento, mais que nunca se faz necessário a união e participação conjunta da família com a comunidade escolar. Ambos precisam ter o mesmo objetivo e, principalmente, garantir os seis Direitos da aprendizagem que a BNCC traz, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, conhecer-se e expressar-se, sejam respeitados.

Tendo em vista os campos da experiência determinados na BNCC (BRASIL, 2017) verifica-se que esta tem como pressuposto o desenvolvimento integral da criança e a centralização do aprendizado. De acordo com a BNCC, são cinco campos de experiência para a Educação Infantil, sendo eles: o Eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

De acordo com Carbonell (2002), faz-se necessária o engajamento de propostas inovadoras para motivar a criança e contribuir para sua formação considerando os diferentes caminhos que terão ao longo dessas experiências, pois elas “facilitam uma aprendizagem mais atraente, eficaz e bem-sucedida”. Conforme o autor, as propostas necessitam de uma série de intervenções em vários campos para que aos poucos empodere-se e firme-se, para isso reivindicando:

modificar atitudes, ideias, culturas, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas. E, por sua vez, introduzir em uma linha renovadora, novos projetos e programas, materiais curriculares, estratégias de ensino e aprendizagem, modelos didáticos e outra forma de organização e gerir o currículo, a escola, e a dinâmica da classe (CARBONELL, 2002, p. 19).

Diante desse contexto, percebe-se que novas concepções devem ser criadas e elaboradas sendo um dos principais dilemas da educação, pois mudança não é simples, é algo desafiador e transformador.

O grande desafio da educação infantil e de seus profissionais é desvendar o universo infantil e para isso precisam compreender, conhecer e reconhecer a particularidade de cada um, por serem únicas em suas individualidades e diferenças.

3 RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Foi a partir da segunda metade do século XIX que o Brasil começou a se “preocupar” com a educação da criança, pois, até então não se tinha interesse, iniciativa nem preocupação de se criar instituições educacionais para crianças com faixa etária menor de 06 anos, nem para proteção e nem educacional.

Kuhlmann Jr. (1998), destaca que nesse período a educação das crianças era de inteira responsabilidade da família, bem como do grupo social no qual estava inserida, cabendo a esse grupo prover as necessidades socioafetivas, psicológicas e educacionais, pois pelo fato, por não haver instituições de ensino estudavam em suas casas com professores particulares. A esse grupo social cabia-lhe suprir as carências: afetivas, emocionais, psicologias e educacionais. Sem instituições de ensino, estudavam em suas residências com preceptores particulares.

Em 1996, a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, explicita, no artigo 29, que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e “tem como

finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Assim, Quadros, Abreu e Spaggiari (2017) dispõem que:

[...] As ideias e habilidades que as famílias trazem à escola e, ainda mais importante, o intercâmbio de ideias entre famílias e professores, favorecem o desenvolvimento de um novo modo de educar, e ajudam os professores a ver a participação das famílias não como uma ameaça, mas como um elemento intrínseco de companheirismo e como a integração de diferentes conhecimentos. (2017, p. 102)

É importante que a família e a escola estabeleçam uma parceria, pois é nessa etapa da vida que as crianças começam a construir suas identidades, criando vínculos sociais e afetivos e construindo conhecimentos sobre o mundo, sobre a vida, através das brincadeiras, em contato com a natureza, tendo a liberdade de expressar seus sentimentos e emoções. De acordo com Macêdo e Dias, (2018) o cuidar e o educar nesta fase da vida são indissociáveis.

Nas palavras de Oliveira et. al. (1996), a abertura da creche para a participação da família significa reconhecer que ela é um dos contextos sociais em que ocorre a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, que deve ser compartilhado com a família. “A atmosfera de uma creche é fundamental. Uma creche, na qual as professoras são profissionais competentes, trabalham em equipe e mantêm boas relações de amizade entre si e com a família é um ambiente fundamental para as crianças aprenderem e se desenvolverem.

Segundo Shaffer (2012) a socialização é muito importante, é o processo por meio do qual as crianças adquirem valores e comportamentos considerados desejáveis ou adequados por sua cultura ou subcultura.

O ponto crucial da visão sociocultural de Vygotsky era que o desenvolvimento intelectual das crianças está intimamente ligado a sua cultura. As crianças ao redor do mundo não desenvolvem o mesmo tipo de mentalidade, mas aprendem a usar o seu cérebro específico da espécie e a capacidades mentais para solucionar problemas e interpretar o meio circundante em consonância com as demandas e valores de sua cultura. Para Vygotsky, a cognição humana, mesmo quando realizada de forma isolada, é inerentemente sociocultural, afetada por crenças, valores e ferramentas da adaptação intelectuais transmitidas aos indivíduos por meio de sua cultura”. (SHAFFER, 2012 p.312)

De acordo com Vygotsky as crianças adquirem novas habilidades nas interações com as pessoas e com o ambiente. Por isso, a família promove vínculos emocionais próximos e duradouros, que se tornam fundamentais para uma socialização adequada e trará reflexos da sala de aula, sendo determinante para seu crescimento e o processo de desenvolvimento e aprendizagem, pois o caráter educativo envolve tudo o que acontece no dia a dia da criança, tanto no ambiente familiar como escolar.

Durante muito tempo a educação da primeira infância, por ser a primeira etapa da educação básica, início do desenvolvimento da criança, era de responsabilidade das mães, tendo em vista seu grande empenho ao integrar o cuidado e a educação e a garantia de seus direitos e de suas famílias e, assim a criança possa construir habilidades sociais, emocionais e culturais.

A participação das famílias no cotidiano das instituições de educação infantil é considerada um dos elementos que definem a qualidade do atendimento (CORRÊA, 2001; BRASIL, 2006; SILVA, 2011).

A primeira infância compreende do nascimento até os 6 anos, fase de descobertas, aprendizados, curiosidades e experiências que as crianças levarão para o resto de suas vidas e todo esse cuidado impacta na formação de uma sociedade mais justa, segura, produtiva e equilibrada.

A LDB (nº 9394/96), estabelece a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, cujo objetivo é o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade". (BRASIL, 1996).

Ao passar dos anos os serviços de creches, escolas começaram a ter um grande e influente papel no desenvolvimento das crianças onde ganham habilidades, conhecimento, valores, capacidade de percepção dentre outros, e assim, entende sobre convivência social e aprende sobre a percepção de que existe o "eu" e o "outro" criando a consciência de que o mundo não é só deles, como acreditam no começo de sua trajetória mirim.

As primeiras escolas surgiram após o surgimento das indústrias e das mulheres começarem a entrar no mercado de trabalho, contudo se fazia necessário deixar as crianças em algum lugar e sob os cuidados de alguém. Por muito tempo as creches foram estigmatizadas como um depósito de crianças para serem apenas "cuidadas" e não consideravam o educar.

A creche significa o ingresso da criança para ser cuidada e educada receber a educação formalizada, que irá contribuir para o desenvolvimento integral da criança, embora possua a responsabilidade de cuidado, não se restringe em apenas cuidados, é preciso reconhecer que existem profissionais capacitados que formam aquela instituição e que acolhe as crianças de suas comunidades.

Nas palavras de Cunha (2002), a história da creche passou por diferentes funções no contexto da sociedade brasileira, tais como recurso que beneficiava a mãe trabalhadora, instrumento social para prevenir a mortalidade infantil, ou ainda, como instância educativa, que contribui para constituição de uma sociedade mais justa, por meio do exercício da cidadania, em prol da população infantil.

Portanto, é de extrema importância que exista uma boa relação entre a creche e as famílias, pois assumem o papel de mediadoras desse público infantil e, assim o trabalho tenha resultados e que seja contínuo. Além de garantir que os direitos da criança sejam respeitados e respectivamente de sua família, conforme traz o artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

Garantir que a criança esteja inserida na faixa etária correta, que receba as vivências necessárias e possua qualidade em seu desenvolvimento integral não depende, apenas do poder público se a família não colaborar haverá conflitos que impactam diretamente na criança. Nas palavras de Rinaldi, et.al. "a família deve ser vista como uma unidade pedagógica que não pode ser separada da escola" (1999, p. 116).

Reconhecer a criança, em sua integralidade, como um compromisso de todos e não apenas da família pressupõe ter como base o diálogo e a negociação, conhecendo as famílias e suas expectativas, na trilha de uma cultura de partilha de ideias e experiências a respeito da educação da primeira infância. (MONCAO, 2015, p.12).

Nos dias de hoje temos vários tipos formações de família e, em sala de aula, com crianças, oriundas dessa diversidade familiar o professor deve ter a chance de conhecer, refletir e discutir sobre essas diferentes estruturas familiares e se faz necessário que se estabeleça relações afetivas qualificadas, pois, de acordo com

Dessen e Polonia (2007, p.27), “os laços afetivos, estruturados e consolidados tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada”.

Em um mundo cada vez mais complexo e globalizado, com mudanças, novidades e tecnologias a invadir nossas casas e o cotidiano das crianças, cada vez mais preenchidos com as tecnologias digitais, não poderíamos deixar de citar a relevância da educação na primeira infância, ademais, não podemos esquecer o momento da pandemia do isolamento social provocando vários impactos, em vários setores, como industrial, dentre vários outros, sendo a educação a mais afetada.

Ao longo dos estudos ficou evidente que as famílias passaram por transformações, novas configurações familiares, com novos papéis e atores sendo importante a qualidade das relações de convívio, bem como a interação e contribuição com a escola, que tem grande papel no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

A Aprendizagem e desenvolvimento humano, nas sociedades ocidentais contemporâneas, ocorre, muito fortemente, na família, na escola e, mais recentemente, através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TDICs), nas redes sociais, sendo de grande relevância que sejam implementadas ações e estratégias, que intensifiquem ainda mais a aproximação entre essas duas instituições, que possam reconhecer suas peculiaridades e, também similaridades, passando a colaborar e intensificar processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Por fim, é de grande relevância o convívio e a socialização para o desenvolvimento das crianças em todos os aspectos devido a grande capacidade que as crianças tem na reciprocidade, por isso a parceria creche e família é muito importante para essa formação e assim ter-se uma educação de qualidade, inovadora e singularidade de cada um que compõe esse contexto. Sabendo que cada instituição possui um papel na vida da criança, a creche com a responsabilidade de acolher e desenvolver de forma integral e a família como suporte na continuidade desse desenvolvimento, bem como prezar pelo cuidado da criança, com isso uma responsabilidade compartilhada.

4 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) determinou estado de Emergência Sanitária, em virtude da pandemia causada pelo vírus SARS COV-2, causador da doença, denominada pelo Organização Mundial da Saúde (OMS), COVID19, uma vez que o vírus rapidamente tomou conta de vários continentes, desde a sua aparição em Wuhan na China, em dezembro de 2019. O vírus SARS-CoV-2 é originário de uma família de vírus, dentre estes: são MERS-CoV e SARS-CoV. A doença pode variar nos quadros clínicos em pessoas que sejam assintomáticas ou que apresentem sintomas graves.

Para evitar o contágio e contaminação em massa e tentar conter as internações graves em Unidades de terapia intensiva (UTIs) e, conseqüentemente mortes, foi necessário aderir o isolamento ao social, pois toda população precisou se adequar com novas formas de viver, seja no âmbito familiar, profissional e, até mesmo escolar/acadêmico.

Em março de 2020, por meio da Portaria nº 343/2020 (BRASIL, 2020a), o Ministério da Educação (MEC) se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais por aulas remotas no período da pandemia da Covid-19. Posteriormente,

tal portaria recebeu ajustes e acréscimos, através das portarias 345/2020 (BRASIL, 2020b) e 356/2020 (BRASIL, 2020c), entre 11 e 23 de março. A partir de então, cada Estado e Município teve de se organizar para oferecer atividades remotas: aulas mediadas por conteúdos produzidos e disponibilizados online, acompanhado das aulas virtuais ministradas em tempo real pelo professor responsável por aquela disciplina aos estudantes.

Durante a pandemia o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou o Parecer CNE/CP 5/2020 reorganizando o calendário escolar com a possibilidade de aulas, não presenciais para cumprimento do calendário anual, em razão da COVID-19, adequando para as redes de ensino, de maneira coordenada e estruturada, porém, sendo omissos quanto às questões de acesso e estruturais, ignorando as condições de vida da maioria das famílias brasileiras, que não tem planos de internet banda larga em suas casas, nem equipamentos eletrônicos para as crianças participarem das atividades de ensino na modalidade remota. O Parecer orienta, para a educação infantil, que as creches e pré-escolas.

No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere - se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos famílias ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais. Deste modo em especial, evitaria a necessidade de reposição ou prorrogação do atendimento ao fim do período de emergência, acompanhando tão somente o mesmo fluxo das aulas da rede de ensino como um todo, quando do seu retorno. [...] Sabe-se que quanto mais novas são as crianças, mais importante é o trabalho de intervenção educativa e interação social para o seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional. As atividades, jogos, brincadeiras, conversas e histórias propostos devem ter sempre a intencionalidade de estimular novas aprendizagens. (BRASIL, 2020d, p.9)

As escolas começaram a adotar o sistema de ensino não presencial, ou atividade remota de ensino. Dessa forma, o ensino passou do modelo presencial para o virtual por meio das tecnologias digitais, comunicacionais, TDICs, utilizando plataformas como o *Gsuite*, que disponibiliza o *Google meet*, redes sociais de longo alcance, como o WhatsApp, Instagram, entre vários outros, que possibilitam os encontros e, quando não é possível a mediação virtual ou remota os professores planejam atividades e imprimem para ser entregue a família.

Sobre a reorganização do calendário escolar e seu cumprimento dos dias letivos e a carga horária mínima exigida através do cômputo de atividades não presenciais, o Parecer CNE/CP N° 5, oferece orientações de cunho organizacional e pedagógico, elencando três sugestões tendo como objetivo central a reorganização dos calendários letivos:

1. reposição da carga horária de forma presencial ao final do período de emergência; 2. cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais realizadas enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares coordenado com o calendário escolar de aulas presenciais; e 3. cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), realizadas de forma concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades. (BRASIL, 2020d, p.21).

Levando em consideração o supracitado texto, percebe-se aspectos importantes para o contexto da educação na Pandemia da Covid 19, tendo em vista o caráter de emergência desse período. Sendo assim, as atividades educacionais realizadas com o uso de ferramentas tecnológicas e de forma remota nesse período emergencial tiveram que se adaptar ao novo contexto, sendo necessário algumas novas determinações que possibilitem suprir as perdas pedagógicas e sociais da comunidade escolar.

Com esse novo formato de ensino, foi necessário reinventar e reforçar o diálogo entre a escola e a família. Diante do atual momento de distanciamento social entre as pessoas e, principalmente das escolas, novas dificuldades e desafios educacionais surgiram e, com isso, buscando meios e soluções de enfrentamento, para poder contribuir de maneira estratégica para o ensino através de aulas remotas e, dessa forma, reduzir os impactos causados pelo distanciamento social, pois apesar de temporário as lacunas deverão ser preenchidas, no tocante a aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças.

A Educação Infantil, que logo teve que se reinventar para que essa base não sofresse com o impacto do isolamento, pois sem as crianças poderem ir às escolas, os profissionais desta área tiveram que levar a escola até as casas das crianças. O que não foi fácil e levou a diversas críticas por parte de famílias e familiares, visto que a Educação Infantil é ainda estigmatizada em relação as demais etapas de ensino, em que não se coloca tanta importância e acaba desvalorizando o papel do professor. Exemplos dessa realidade está explícita nas crianças que foram retiradas das escolas, por algumas famílias acharem que não haveria nenhum impacto para as crianças pequenas não terem acesso a escola/ creche, mesmo na modalidade remota.

Com o novo cenário da pandemia veio junto um novo desafio, qual seja: propor uma educação para as crianças para que possam acompanhar todas as mudanças que vieram durante o ano de 2020 e que assola os dias atuais, por enquanto, mas que, através dos recursos digitais, de maneira criativa, construtiva consiga amenizar todo o prejuízo causado, como por exemplo, o fechamento de escolas, distanciamento social, aulas remotas.

Vale ressaltar, que esse período em que se teve o auge da COVID-19 muitos impactos surgiram desde deixando mais explícita a realidade brasileira, no tocante às desigualdades sociais: a pandemia escancarou a exclusão social de milhares de crianças e adolescentes que não tinham/ tem acesso a internet em suas casas, não tinham, tem acesso a computadores, notebooks e, até mesmo celulares: com a pandemia ampliou-se o fenômeno da evasão escolar, principalmente daqueles que viviam em situação de vulnerabilidade social, causando um “apagão educacional”, déficit que deverá ser sanado no futuro, desde que haja políticas públicas para este fim. Talvez, com estas adaptações feitas apressadamente, seja possível repensar mudanças na política e nas práticas de educação infantil, a exemplo da formação dos professores, com novo formato, redimensionando suas práticas pedagógicas, a relação com as famílias, com novos espaços de formação, em virtude da pandemia.

Assim, como para todos os níveis da educação, a pandemia trouxe impactos para a Educação Infantil, uma fase de extrema importância para as crianças, tendo em vista seu objetivo, qual seja: o desenvolvimento integral das crianças na faixa etária de 0 aos 5 anos, cujas etapas são creche e Pré-escola, sendo uma das modalidades da Educação Básica (BRASIL, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) definem a Educação Infantil:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que

constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2009, p.97)

A escola é um espaço a parte do doméstico e com a pandemia e isolamento social, a escola invadiu o espaço doméstico, cujas aulas passaram a ser remotas, através das telas digitais dos computadores, tablets e, até mesmo celulares, para aqueles que tinham/ tem tais equipamentos, sendo que as crianças pequenas passaram a utilizar os equipamentos como computador, ampliando-se os desafios para os pais e para as próprias crianças, pois exige-se tempo e espaço disponíveis, além de certa competência das famílias para ajudarem as crianças a se adaptarem ao “novo normal” , as salas/ espaços digitais. Ademais, as famílias se veem como professores de seus filhos, levando a falsa ideia de que o professor “não está trabalhando” e que ele sim, está assumindo este papel de educador.

Obviamente, que este pensamento é equivocado, pois, os professores, na verdade estão trabalhando de forma redobrada e continuam planejando, executando, pensando nas possibilidades de fazer com que as crianças tenham as vivências necessárias e que teriam no ambiente escolar, não da mesma forma, pois a interação com os pares não será possível, mas tudo que está ao alcance de ser mantido, mesmo à distância.

4.1 Educação Infantil e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TDICS)

Os impactos causados pela pandemia desde 2020 exigiu, nesse novo cenário, a educação não presencial vinculando a necessidade de se repensar a escola e os processos de aprendizagem digitais, como ferramentas de apoio pedagógico e didático e reafirmar concepções com a construção de caminhos para inserir tecnologias digitais na educação infantil com o novo formato de aulas remotas para manter conectado o vínculo dos processos de aprendizagem, fora da escola, entre professor e aluno.

Sabe-se que foi um momento difícil e desafiador, como por exemplo, falta de uma rede de internet de qualidade, a falta de ferramentas como um celular ou um notebook ou tablet, a falta de capacitação de alguns, ou da grande maioria de professores, para lidar com essas tecnologias, a dificuldade, ou o não acesso aos alunos que moram em zonas rurais e, também o despreparo, da maioria das famílias, em relação ao acesso e a utilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs), isto porque não estava preparada para esse novo contexto, e inicialmente ficaram sem saber como utilizar as ferramentas digitais.

Com esse novo formato de ensino foi necessário reinventar e reforçar o diálogo entre a escola e a família. Diante do atual momento de distanciamento social, entre as pessoas e, principalmente das escolas, novas dificuldades e desafios educacionais surgiram e, com isso, buscou-se meios e soluções de enfrentamento, para poder dar continuidade às atividades na educação infantil, através do ensino remoto e, dessa forma, reduzir os impactos causados pelo distanciamento social. Frente a nova realidade, com a qual todos se depararam, os professores tiveram que mudar e reformular suas práticas, de maneira atrativa, interativa e lúdica. o modo de ministrarem aulas com o uso de recursos tecnológico digitais, tais como, *power point*, *kahoot*, gamificação dentre outros, para que as crianças compreendam os conteúdos com mais clareza e com maior motivação, visto que, quanto mais diferente e

interessante as atividades mais desejos serão despertados nas crianças para participarem e os professores oferecendo todo o suporte e auxílio necessário ao tirarem dúvidas e buscando sanar outros problemas, que possam surgir no processo de aprendizagem. Dessa forma, o docente consegue propiciar e oportunizar aos seus alunos excelentes meios de aprendizagens. Moraes e Teruya (2010, p.2), afirmam que:

A competência para utilizar as novas tecnologias pressupõem novas formas de se relacionar com o conhecimento, com os outros e com o mundo, em uma perspectiva colaborativa. Essas alternativas propõem ir além dos cursos de formação, que contemplam apenas aspectos técnicos e operacionais. Isso exigirá do professor alcançar uma concepção teórica da aplicação das tecnologias na educação escolar. Para utilizar os computadores, os professores precisam criar situações em que o conteúdo da aula faça sentido para o aluno, para que as produções escolares sejam significativas.

No contexto Infantil, a integração das mídias às práticas pedagógicas tem sido fomentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que propõe que as propostas curriculares das instituições de Educação Infantil garantam experiências que “[...] possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos” (BRASIL, 2010, p.27). Garcia et al. (2020, p.09) ressalta que: “Aprender é uma atitude, cuja competência precisa ser desenvolvida. A criatividade, a inventividade, a responsabilidade e o compromisso são condutas que precisam ser construídas e incentivadas”.

Para Melo e Tosta (2008), a escola, enquanto instituição formadora, e os professores, enquanto agentes dessa formação, assumem, junto com as famílias, a grande responsabilidade, em relação às tecnologias na escola e para a escola. Ressaltando, que apesar do ensino remoto e as mais diversas estratégias trazidas pelos professores para as salas virtuais, como forma de aproximar professor e criança, as tecnologias não substituem o papel do professor na educação, principalmente na infantil. Com essa nova prática as escolas foram se adaptando aos novos desafios e, aos poucos aprimoraram o ensino remoto, tendo que se reinventar e buscar estratégias de ensino que se enquadrem às novas realidades e vivências no cenário educacional e, para que desse certo, buscaram parcerias com a família, para dar continuidade ao processo educacional.

A pandemia veio e trouxe vários impactos, principalmente na educação, aumentando a disparidade entre as famílias da classe média alta e baixa evidenciando a desigualdade social e digital e ampliando a evasão escolar, deixando crianças em situação de maior vulnerabilidade, por estarem fora do ambiente educacional. De acordo com o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância – em inglês, *United Nations International Children's Emergency Fund* (UNICEF) (2021), a exclusão escolar afetou mais quem já vivia em situação vulnerável. Em relação às regiões, “Norte (28,4%) e Nordeste (18,3%) apresentaram os maiores percentuais de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos sem acesso à educação, seguidas por Sudeste (10,3%), Centro-Oeste (8,5%) e Sul (5,1%)” (UNICEF, 2021, p.1). Ademais, a exclusão foi maior “entre crianças e adolescentes pretos, pardos e indígenas, que correspondem a 69,3% do total de crianças e adolescentes sem acesso à Educação” (UNICEF, 2021, p.1). Essa mudança pode afetar toda uma geração, como por exemplo: ciclos de alfabetização incompletos podem acarretar reprovações e abandono escolar. É preciso evitar que haja uma regressão, no que tange ao acesso dessas crianças à educação. Tal cenário deveria justificar a adoção

de políticas públicas específicas por parte do Estado e melhorar gradativamente o sistema educacional.

Diante de tais circunstâncias, o desafio é enorme, pois a desigualdade social e educacional já existia, antes da pandemia, esta situação só ampliou. As crianças de baixa renda não têm, em suas residências, a mesma estrutura, no tocante ao espaço, ambiente, acesso e equipamentos tecnológicos. São questões que extrapolam o ambiente escolar, neste sentido o fosso entre crianças ricas e pobres se aprofunda e o prejuízo, em termos de aprendizagem e desenvolvimento é muito grande. Além do limitado acesso à internet, computadores, tablets etc., muitas crianças não têm espaço nem ambiente adequado para estudo. Precisam compartilhar o mesmo espaço com toda a família, ou seja, falta privacidade e tranquilidade para o estudo. Outro desafio diz respeito a questão de muitas famílias não terem tempo nem formação (nem deveriam ter) adequada para dar o suporte necessário aos filhos, quanto às atividades de ensino não presenciais.

Nas famílias de classe média alta o cenário é diferente: ambiente reservado para que se possa assistir às aulas e estudar o material proposto e conseguir cumprir o cronograma, na maioria das vezes, presença da família no suporte necessário (quando não o fazem contratam professores particulares), com estratégias educacionais e o acesso a diversas tecnologias e internet de velocidade máxima.

Para Vilaça & Araújo (2016, p.165), “ao falar de educação escolar e o uso de novas tecnologias deve-se levar em conta a relação que há entre comunidade, alunos e professores por meio dessas ferramentas, enfatizando que seu uso não é indiferente às suas vivências e saberes construídos”.

Muitas crianças já tem acesso às mídias digitais interagindo com esses recursos, tais como, televisão, celular, rádio, videogame, etc, através dessas mídias elas conseguem absorver e apropriar-se dos mais variados conteúdos, possibilitados pela integração social do meio em que vivem, tornando-se importante o enfrentamento dos desafios, aos quais foram expostos, com a pandemia e, dessa forma integrar, os professores devem integrar às práticas pedagógicas recursos como, televisão, aplicativos, vídeos, dentre outras ferramentas, e, assim propiciar à criança, de forma lúdica o desenvolvimento de suas múltiplas linguagens e habilidades.

Por meio das interações sociais, através das TDICs pode-se estabelecer o diálogo entre o professor, a criança e a família e seus pares. Sobre esse aspecto, Barbosa (2009, p.31) afirma que:

Os avanços científicos nos mostram a importância das interações sociais para o desenvolvimento das crianças, desde a mais tenra idade, como também evidenciam a relevância da interlocução com as linguagens simbólicas da família, do professor e das demais crianças. A formação das crianças acontece em processos de interação, negociação com os outros ou por oposição a eles.

No cotidiano infantil as mídias e os recursos tecnológicos têm disponibilizado os mais diversos modos de aprender e descobrir refletindo nos aspectos educacionais. De acordo com essa afirmação, o estudo de Bourscheid e Noal, (2011, p.15), afirma que: “[...] a mídia de maior acesso entre as crianças pesquisadas é a televisão. As demais tecnologias e mídias como: telefone celular, computador, rádios e os livros têm sua importância e sua utilização repercute no processo educacional”.

É como primeira etapa da educação básica que se deve pensar a educação infantil, ou seja, sem aquele olhar assistencialista ou escolarizante, de maneira que nas instituições educacionais busque-se o desenvolvimento integral da criança, através do cuidar/educar, tendo como eixos as interações e brincadeiras, e a relação

com o mundo em diversos aspectos e diferentes linguagens estabelecendo a construção da autonomia e da criatividade, para que possa compreender o mundo a sua volta.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação traz que:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, desde muito cedo, pode se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde ter determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação... A fantasia e a imaginação são elementos fundamentais para que a criança aprenda mais sobre a relação entre pessoas. (BRASIL, 1998, p. 22)

Segundo Malaguzzi (1999) devemos identificar a criança como protagonista da sua educação e defender a importância em continuar incentivando-a na curiosidade espontânea. Ao longo do tempo a perspectiva e pensamento vem mudando e a sociedade está incorporando novas formas de pensar (re)criando uma visão mais ampla de infância e da relevância da educação na primeira infância, que não deve ser restrita nem limitada, entendendo que é uma política social de grande contribuição, pois está ligada ao desenvolvimento social, emocional, cultural, entre outros

Diante desse contexto trazemos, também, um contribuinte fundamental nessa fase, o professor. O professor deve ser responsável em instrumentalizar o indivíduo para que ele possa se expressar e otimizar seu potencial (ANGOTTI, 2003). Angotti (2006) reforça o papel significativo do educador que precisa inserir a criança no mundo do conhecimento, na alfabetização de mundo propiciando-lhe desenvolvimento integral.

Podemos trazer à tona a docência durante a pandemia da Covid-19, que reformulou todo o sistema educacional pondo em evidência o papel do professor norteando e as desigualdades sociais, os problemas relativos à educação recaindo na população infantil menos favorecida num momento político de fragilidade democrática, em que as classes média e alta continuam a frequentar a escola no modelo remoto ou híbrido, enquanto a maioria das crianças desfavorecidas continuam sem acesso às aulas presenciais sendo o acesso remoto, ou por outros meios, precário e escasso, pois a grande maioria não tem sequer um aparelho que proporcione o contato com a educação. Nas classes sociais que tiveram o privilégio de terem contato com as aulas e o professor, podemos citar também a participação da família, que serviu de suporte para as crianças, em um momento de confinamento social, de fragilidade emocional e tiveram que assumir a educação dos próprios filhos e, assim foram pegos de surpresa e despreparados para exercer uma função, antes atribuída ao professor é essencial para o desenvolvimento e formação infantil. Enfim, de algum modo passaram a reconhecer a figura do professor, tão desvalorizada por muitos deles nos dias atuais.

Em linhas gerais, ressaltamos, que para muitas crianças a principal falta foi a social, ou seja, sentem falta da escola, de se encontrar com os coleguinhas e, de certa forma, essa rotina escolar foi prejudicada deixando grande parte em estado de vulnerabilidade social, emocional, educacional e psicológica.

Percebemos os impactos causados pela pandemia, desde o fim de 2020, vinculando a necessidade de se repensar a escola e os processos de aprendizagem digitais, que no momento foram urgentes, e reafirmar a necessidade da construção de políticas públicas que incluam, sobretudo as crianças da classe trabalhadora, ora excluída das TICs. Ademais, é necessário inserir, cada vez mais tecnologias digitais na educação infantil, para manter as crianças conectadas a ampliar suas aprendizagens nesse cenário digital de acordo com Melo e Tosta (2008) a escola,

enquanto instituição formadora, e os professores, enquanto agentes dessa formação, assumem junto, com as famílias a grande responsabilidade em relação às tecnologias na escola e para a escola. Finalmente, ressaltamos que, apesar do ensino remoto e das mais diversas estratégias trazidas pelos professores para as salas virtuais, como forma de aproximar professor e crianças, as tecnologias não substituem o papel do professor na educação, principalmente na infantil.

5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Neste capítulo, são apresentados os aspectos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste estudo, onde utilizamos a abordagem qualitativa. Gil (2001, p.32) afirma que “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados, sendo as questões subjetivas mais relevantes”. Nós utilizamos do estudo bibliográfico, documental e de campo. Segundo Lakatos e Marconi (2006) A pesquisa bibliográfica é desenvolvida utilizando-se de material já publicado, constituído de livros e artigos científicos específicos sobre o assunto em estudo.

De acordo com seus objetivos específicos, a presente pesquisa é considerada exploratória, descrita da seguinte forma:

[...] que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. (OLIVEIRA, 2006, p.65).

Por fim, a pesquisa de campo é conceituada como a pesquisa que [...] pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. (GONSALVES 2001, p.67)

5.1 Procedimentos e Participantes da Pesquisa

A técnica utilizada para a produção dos dados, na pesquisa de campo, foi a entrevista semiestruturada. O universo pesquisado foi composto por 6 mães* de crianças da Educação Infantil, sendo 3 com crianças matriculadas em uma escola particular e 3 mães de crianças matriculadas em creches/pré-escolas públicas, todas localizadas na cidade de Campina Grande, PB. A pesquisa foi realizada no mês de setembro de 2021, por meio do aplicativo Whatsapp, onde as perguntas foram enviadas de forma escrita e as participantes responderam de forma escrita também.

Quanto ao perfil socioprofissional das entrevistadas passamos a descrever: Maria Flor, 26 anos, estudante do ensino superior, dois filhos estudantes da Educação Infantil, entrevistada em 10 de setembro de 2021; Jasmim dos Santos, 37 anos, faxineira, ensino fundamental incompleto, três filhos na Educação Infantil, entrevistada em 10 de setembro de 2021; Rosa Pereira, 32 anos, advogada, dois filhos na Educação Infantil, entrevistada em 12 de setembro de 2021; Margarida Sousa, 30 anos, representante comercial, ensino superior completo, dois filhos na Educação Infantil entrevistada em 12 de setembro de 2021; Orquídea Marilac, 40 anos, servidora pública, nível superior completo, um filho da Educação infantil entrevistada em 12 de

* Nesta pesquisa, usou-se nomes fictícios afim de garantir o anonimato das mães que se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

setembro de 2021; Violeta Serafim, 39 anos, médica, 2 filhos da Educação Infantil, entrevistada em 12 de setembro de 2021.

Quanto às questões da entrevista foram no total de 4:1 Qual a sua opinião sobre o ensino remoto? 2 Referente às medidas tomadas pela instituição escolar, como tem sido o auxílio oferecido pela instituição e professoras para com as crianças? 3 Quais dificuldades estão sendo encontradas na prática das intervenções oferecidas pela escola? 4 O que você espera pós-pandemia em relação ao retorno escolar?

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

A Primeira questão versou sobre a opinião das entrevistadas sobre o ensino remoto

O ensino remoto é difícil porque os meninos não prestam atenção e querem ver tv o tempo todo (Maria Flor); Meus meninos não tem como assistir aula porque eu preciso trabalhar e não tem computador em casa. O ensino remoto não é possível para meus filhos. (Jasmim dos Santos); existe uma grande dificuldade no ensino remoto da educação infantil pois as crianças são muito pequenas para assimilarem conteúdos via internet. Crianças necessitam de socialização e ensino presencial para se desenvolverem. Tive que desenvolver uma rede de apoio juntamente com professora particular 2 vezes na semana e meu esposo passou a assistir as aulas com as crianças diariamente; O ensino remoto trouxe problemas no desenvolvimento escolar por falta de suporte. (Rosa Pereira); Ensino remoto para meus filhos é complicado pois não temos computadores suficientes e nem temos quem acompanhe as crianças na aula (Margarida Sousa); O ensino remoto caiu como uma bomba nos lares brasileiros. Não temos estrutura doméstica para isso, nem equipamentos necessários. Além disso, passo o dia fora trabalhando, então não tenho como dar assistência para meu filho na hora da aula, então todos esses aspectos causaram danos ao aprendizado do meu filho com o ensino remoto. (Orquídea Marilac); O ensino remoto é complicado, porém contratei uma professora particular para dar suporte aos meus filhos, em casa diariamente, no horário da aula e o desenvolvimento foi satisfatório. O ensino remoto tem seus defeitos, mas para meus filhos, não teve perdas educacionais. (Violeta Serafim)

Analisando as respostas das entrevistadas, verifica-se que o maior dessabor é com relação ao desenvolvimento escolar das crianças, especialmente no ensino público. A falta de conhecimento técnico para ensino remoto por parte dos professores, somada à dificuldade de acesso à internet e equipamentos eletrônicos como computadores, tablets ou celulares, são os maiores entraves para o desenvolvimento da educação infantil oferecida na rede pública. Em se tratando de escolas particulares, verificou-se que famílias com melhores condições financeiras buscaram suporte profissional domiciliar para garantir o desenvolvimento escolar de seus filhos. Aqueles que não contrataram professores particulares, tentaram se organizar de forma que as crianças tivessem suporte de adulto durante as aulas.

Corroborando com Angotti (2006), pode-se trazer à tona a docência durante a pandemia da Covid-19, que reformulou e todo o sistema educacional pondo em evidência o papel do professor norteando a desigualdade e os problemas relativos à educação recaindo na população infantil menos favorecida num momento político de fragilidade democrática, em que as classes média e alta continuam a frequentar a escola na modalidade remota ou híbrida, enquanto a maioria das crianças desfavorecidas continuam sem acesso às aulas, pois o acesso é de forma precária e escassa, pois a grande maioria não tem sequer um aparelho que proporcione o contato com a educação.

Nas classes sociais, cujas crianças tiveram o privilégio de ter contato com as aulas e o professor, pode-se citar também a participação da família, que serviu de suporte para as crianças em um momento de confinamento e fragilidade sem terceirizar a formação afetiva e cidadã dos próprios filhos e, assim foram pegos de surpresa e despreparados para exercer uma função, antes atribuída ao professor e essencial para o desenvolvimento e formação infantil e ter que redescobrir e a valorizar a figura do professor, tão desvalorizada por muitos deles nos dias atuais.

Em relação às medidas tomadas pela instituição escolar, como tem sido o auxílio oferecido pela instituição e professores para com as crianças?

A escola tem tentado dar suporte para os alunos, mas ainda é muito precário. (Maria Flor); escola tem algumas propostas de ajuda, mas o auxílio não serve pois não tenho computador e celular em casa "pras" crianças assistirem aula (Jasmim dos Santos); toda a escola tem se esforçado para garantir os meios possíveis e necessários para o desenvolvimento escolar dos alunos, mesmo assim ainda é bem difícil devido ao contexto de ensino remoto que não é adequado para crianças. (Rosa Pereira); a escola e professoras tem dado suporte, atende sempre, ajuda, tira dúvidas, mas é difícil manter criança atenta em aula por computador (Margarida Sousa); A escola tem dado suporte. Vejo que as professoras estão se aperfeiçoando nos métodos de ensino remoto, mas ainda sinto muita dificuldade no aprendizado por parte de crianças tão pequenas. (Orquídea Marilac); a escola de meus filhos tem se desenvolvido de acordo com as necessidades. As professoras tem se dedicado bastante. (Violeta Serafim)

Analisando as respostas dadas pelas pessoas pesquisadas, verifica-se gigantescas dificuldades enfrentadas por todos os agentes envolvidos na Educação, em especial a Educação Infantil, uma vez que toda a humanidade foi pega de surpresa com a Pandemia da Covid19. Em se tratando de Escola e professores, ninguém estava preparado para oferecer o ensino remoto de forma tão brusca, literalmente de um dia para o outro. E essa falta de preparação engloba aspectos estruturais, tais como equipamentos e suprimentos necessários para a realização do ensino remoto de qualidade, como também conhecimento técnico de como utilizar as ferramentas tecnológicas para a realização desta modalidade de ensino.

Percebe-se que as crianças que estudam nas escolas públicas foram as mais prejudicadas, tendo em vista as condições financeiras e sociais de suas famílias, bem como a falta completa de estrutura para adequação ao ensino remoto, tanto por parte das famílias como por parte das escolas públicas. Em se tratando de escolas particulares, o impacto da Pandemia da covid 19 também foi grande, porém, as famílias possuíam melhores formas de adaptação ao contexto estrutural de equipamentos e suporte profissional para se adequar ao ensino remoto, como também as escolas desenvolveram métodos mais adequados para suprir as necessidades mais urgentes, buscando se adequar à nova realidade.

De acordo com Melo e Tosta (2008), a escola, enquanto instituição formadora, e os professores, enquanto agentes dessa formação, assumem junto com as famílias a grande responsabilidade em relação às tecnologias na escola e para a escola. Ressaltando, que apesar do ensino remoto e as mais diversas estratégias trazidas pelos professores para salas virtuais como forma de aproximar professor e crianças as tecnologias não substituem o papel do professor na educação, principalmente na infantil.

Buscamos saber quais as dificuldades em relação às intervenções oferecidas pela escola?

As maiores dificuldades são: manter o interesse da criança em assistir aula e a ludicidade da escola, que é o principal meio de desenvolvimento da criança.

(Maria Flor); Internet ruim e falta de computador (jasmim dos Santos); As maiores dificuldades se encontram especialmente nas crianças que, pega de surpresa com essa modalidade distante de ensino, não conseguem se adequar da forma devida ao estudo remoto. (Rosa Pereira); A falta de equipamentos tanto das professoras como dos alunos dificulta muito. Além disso, interagir pelo computador com crianças pequenas é bem difícil. (Margarida Sousa); A falta de estrutura física e de computadores é a principal. As professoras também não possuíam conhecimento do método de ensino remoto, então estão aprendendo ainda. As crianças não conseguem aprender p suficiente pois necessitam de contato e estão privadas disso. (Orquídea Marilac); As crianças não são adaptadas a ensino remoto. As professoras não possuem a estrutura necessária e nem a prática de dar aula nessa modalidade, isso dificulta demais o ensino e aprendizagem. (Violeta Serafim)

Analisando as respostas acima, verifica-se que a principal dificuldade nas intervenções escolares está na falta de adaptação, tanto de professores quanto das crianças para o ensino remoto. Em se tratando dos professores, a falta de conhecimento, de como desenvolver o ensino remoto, somado a falta de prática de uso de ferramentas tecnológicas para o ensino é um grande entrave. Com relação as crianças, a pouca idade, imaturidade e necessidade de relacionamento social com os coleguinhas de classe foi a maior dificuldade para o ensino remoto. As crianças necessitam do contato físico, visual, interação social com seus pares, para se socializarem e aprenderem. Além disto, as crianças necessitam da intervenção do professor, que possui papel fundamental na Educação Infantil, pois é este que se utiliza do conhecimento científico para realizar atividades estruturadas e direcionadas para o desenvolvimento educacional da criança.

Além disto, torna-se imperioso o desenvolvimento de métodos e técnicas inovadoras para garantir ensino de qualidade e que possibilite uma melhor estruturação escolar, educacional, profissional e social, para casos extremos, a exemplo da situação pandêmica.

Por fim, perguntamos sobre o que esperam do período pós-pandemia, em relação ao retorno escolar?

Espero que a escola tente de maneira coerente recuperar o máximo o aprendizado e garantir que as crianças se desenvolvam corretamente (Maria Flor); Espero que os meninos voltem pra aula e aprendam tudo porque esse tempo de ensino remoto foi perdido (jasmim dos Santos); espero melhor desenvolvimento pedagógico por parte das escolas, maior suporte para as professoras e melhor ensino para as crianças, pois estão são as mais prejudicadas e necessitarão mais ainda de atenção (Rosa Pereira); Espero que tudo volte ao normal para recuperar 2 anos de aula perdidos. (Margarida Sousa); Espero que apesar de tudo, nossos filhos tenham a capacidade de superar um trauma tão grande quanto foi o ensino remoto, tanto na questão pedagógica com tantas perdas, como na questão social, a privação de convívio afeta demais as crianças. Que a escola tome decisões que minimizem todos os traumas e garantam desenvolvimento para todas as crianças. (Orquídea Marilac); A escola deverá oferecer todo o suporte necessário para que as crianças tenham um retorno saudável e que as perdas sejam minimizadas. (Violeta Serafim)

Analisando as respostas dadas pelas pessoas pesquisadas, as crianças das redes públicas foram as mais prejudicadas. Assim, o maior desejo das mães é a recuperação de um tempo de limitações de aprendizado e conseqüente satisfação às necessidades dessas crianças. Quanto às crianças das escolas privadas estão tendo suporte para amenizar as perdas, oriundas da Covid 19, relacionadas ao desenvolvimento educacional. Contudo, as mães também almejam a recuperação do

aprendizado, para garantir o desenvolvimento adequado das crianças, de acordo com suas idades. Verifica-se, assim, que as perdas foram grandes em toda a sociedade, independente da classe social, onde as crianças encontram-se inseridas.

Por fim, será necessário um esforço conjunto, da sociedade civil, escolas, pais, alunos, unidos, poderão superar a crise que se instaurou no país, especialmente na Educação, através de desenvolvimento de métodos, técnicas e ferramentas pedagógicas que possibilitem um ensino de qualidade, mesmo em períodos de calamidade pública. Nesse sentido, garantir o acesso ao aperfeiçoamento profissional tecnologicamente para os profissionais da Educação é fator decisivo para uma educação inovadora e de qualidade para as crianças de agora e do futuro.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a percepção das famílias no tocante ao ensino remoto na educação infantil no contexto da pandemia. Verificou-se que as dificuldades encontradas para lidar com a educação remota atingiram toda a sociedade, independente da classe social, onde cada indivíduo encontra-se inserido. Contudo, percebeu-se que a classe social menos favorecida foi a mais prejudicada, no que tange ao contexto educacional, uma vez que o ensino remoto exige uma física das residências, estruturação de rede de internet, equipamentos tecnológicos e conhecimento das ferramentas tecnológicas que ultrapassam o simples conhecimento de utilizar ferramentas de conversação, o ou mesmo digitação de textos *on line*.

O estudo evidenciou que as crianças das famílias entrevistadas para esta pesquisa, oriundas de instituições de educação infantil, públicas foram as que mais sofreram os danos educacionais da pandemia, uma vez que não possuem condições financeiras para adquirir equipamentos tecnológicos que lhes garantam acompanhar as aulas remotas, como também não possuem o suporte necessário junto à família para terem a possibilidade de acesso às aulas de forma satisfatória. Em se tratando das crianças da escola particulares, os maiores entraves encontram-se na falta de estrutura e preparo dos profissionais de educação para a realização do ensino remoto. Contudo, em muitas famílias, foi possível a aquisição de ferramentas tecnológicas, além da contratação de profissionais de educação que deram suporte para o desenvolvimento escolar das crianças. Todavia, é preciso ressaltar que a pandemia trouxe grandes dificuldades para se alcançar todos os objetivos educacionais e pedagógicos da Educação infantil, para todas as crianças, independentemente da classe social de pertença. Isto porque as instituições educacionais não estavam preparadas para uma mudança tão radical, em relação ao modelo de ensino, antes presencial, atualmente na modalidade remota e/ou híbrida. Nesse contexto, foram necessárias mudanças e adaptações de todos os agentes envolvidos, instituições, professores, famílias, fator que acabou por forçar mais o diálogo e/ou parceria em busca do bem maior, o aprendizado das crianças.

Vale ressaltar, porém, que o maior prejuízo educacional, advindo da Pandemia da Covid 19 está no aspecto social da educação, especialmente na Educação Infantil, na qual as relações sociais se iniciam, onde as crianças constroem, para além da família, as primeiras relações sociais. Pode-se ressaltar que para muitas crianças a principal falta foi a social. O fato de as entrevistadas destacarem que as crianças não se adaptaram, não se interessam, etc. é compreensível. Para as crianças pequenas o sentido de ir para a creche/ pré-escola é se encontrar com os amigos, com os pares para brincarem. Elas sentem muita falta da creche/ pré-escola, de encontrar os coleguinhas e, de certa forma, essa rotina escolar foi prejudicada deixando, inclusive,

muitas delas, mais suscetíveis à violência doméstica, mais tempo expostas às telas, e, também, mais vulneráveis, do ponto de vista emocional e psicológico.

Em linhas gerais, garantir um ensino de qualidade que supere as necessidades das crianças, especialmente depois da Pandemia da Covid19, torna-se o ponto principal para o desenvolvimento da educação infantil em todo o país, necessitando de comprometimento e dedicação da família, instituição escolar, poder público e sociedade em geral, visando superar todos os desafios atuais e vindouros. É notório que o momento pandêmico trouxe adversidades, traumas, momentos difíceis, especialmente para as crianças que não tinham noção do que estavam passando e não conseguiram entender tantas mudanças e privações. Assim, cabe à família e à Escola estreitar as relações ampliando o diálogo para buscarem superar esse apagão educacional vivido pelas crianças e garantir a elas experiências de aprendizagem e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, M. (Org.), **Educação infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento**, Campinas: editora Alínea, 2003.

ANGOTTI, M. (Org.), **Educação infantil: Para quê, Para quem e Por quê?**, Campinas: editora Alínea. 2006.

ÁRIES, P. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986.

BARBOSA, M. C. S. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil: Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coordenação geral de Educação Infantil. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pág. 31, 48. UFRGS - Brasília. 2009.

BOURSCHEID, R., NOAL, E. A. C. **Tecnologias, Mídias e Educação Infantil: uma reflexão baseada no cotidiano dos alunos**. Trabalho para obtenção do título de Especialista em Mídias da Educação. Págs. 12, 15. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul. 2011

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006. v. 2.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Pag. 27. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC 2ª versão. Brasília-DF, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020a. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19**. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso em: 28, agosto, 2021.

BRASIL. PORTARIA Nº 345, DE 19 DE MARÇO DE 2020b. **Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248881422?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520345%2520de%252019%2520de%2520mar%25C3%25A7o%2520de%25202020> Acesso em: 28, agosto, 2021.

BRASIL. PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020c. **Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)**. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 2020c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20356-20-MS.htm Acesso em: 28, agosto, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CP Nº 5/2020d. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID -19**. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 2020d. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf Acesso em: 29, agosto, 2021.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf> Acesso em: 15, julho. 2021.

BRAZELTON, T. B. **Momentos decisivos do desenvolvimento infantil**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

CARDIM, P. A. G. **O professor como elo no relacionamento entre a escola e o estudante**. Direto da reitoria. 04/04/2011 - Em Artigos. Artigo publicado. Disponível em: <http://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos/o-professor-como-elo-no-relacionamento-entre-a-escola-e-o-estudante-humus-consultoria-setembro2010>
Acesso em: 21 ago. de 2021.

CARDOSO, L. C.; FRAGELLI, P. M. **Currículo(s) e educação infantil: retrospectiva e perspectivas de trabalho**. In: Propostas Curriculares para a Educação Infantil. São Carlos – SP. Ed. UFSCar, 2011. p. 57 – 80.

CORRÊA, B. C. **Possibilidades de participação familiar e qualidade na educação infantil**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CUNHA, B.B.B **Cuidar de crianças em creche: os conflitos e desafios de uma profissão em construção**. Florianópolis, 181p. Dissertação de mestrado em educação. Setor ciências da educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

DOURADO, A. C. Dubeux. **História da Infância e Direitos da Criança**. Edição Especial Salto para o Futuro. Ano 19 – Nº 10 – Setembro/2009. Disponível em <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>, Acesso em: 09/01/2021

GARCIA, T. C. M. et al. **Ensino remoto emergencial: proposta de design para organização de aulas**. Caderno de Ensino Mediado por TIC. Natal, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 3a ed. São Paulo: Atlas; 2001.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas-SP: Alinea, 2001.

KRAMER, S. **Por Entre as Pedras: Arma e Sonho na Escola**, Ed. Ática, São Paulo. (1993).

KISHIMOTO M. **Brinquedo e brincadeira**. Usos e significações dentro de contextos culturais. In SANTOS, Santa Marli Pires dos (org.) 4 ed. Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. Petrópolis: vozes, 1997.

KUHLMANN JR. **Infância e Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, E. S. **Currículo emergencial para a educação durante e após a pandemia**. Ed. Diálogos, 2020. Ebook. disponível em:

<https://www.dialogosviagenspedagogicas.com.br/ebook-curriculo-emergencial-para-a-educacao-durante-e-apos-a-pandemia> Acesso em: 08, julho, 2021.

MELO, J. M.; TOSTA, S. P. **Mídia e Educação**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008.

MONCAO, M. A. G. **O compartilhamento da educação das crianças pequenas nas instituições de educação infantil**. Cad. Pesqui. [online]. 2015, vol.45, n.157, pp.652-679. ISSN 1980-5314. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742015000300652&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em janeiro de 2021

MORAES, S.A., TERUYA, T.K. **Paulo Freire e formação do professor na sociedade tecnológica**. UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, PR. 2010. Artigo publicado. Disponível em: <https://www.academia.edu/11471919> Acesso em: 12, abril, 2021.

OLIVEIRA, A. C S de et al. **Manual de normalização bibliográfica para elaboração de monografia**. Natal: Universidade Potiguar, 2006. (Coleção Documentos Normativos da Universidade Potiguar: Série Laranja: Regulamento e Normas das Atividades Acadêmicas, v.1).

OLIVEIRA, Z. de M., et AL. **Creches: Crianças, faz de conta e Cia**. RJ, ed. Vozes.1996.

QUADROS, T. F. de, ABREU, J. de GRAPIGLIA, R. X. Um olhar reflexivo sobre o protagonismo na educação infantil do colégio Marista Santa Maria. In: **XIII Congresso Nacional de Educação**, 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: Educere, 2017. Disponível em:http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26248_14000.pdf. Acesso em: 18 jul 2021.

RINALDI, C. O Currículo Emergente e o Construtivismo Social. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G.; **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da Primeira Infância**. Porto Alegre/RS: ArtMed, 1999.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou da Educação**. Trad. Sérgio Milliet. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, A. S. SILVA, M. R. dos S. da. **O desenho como estratégia pedagógica na educação infantil**. 2013. II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9023_6059.pdf Acesso em: 26, julho, 2021.

SHAFFER, D. R. **Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**/ David R. Shaffer e Katherine Kipp; [tradução Marta Reyes Gil Passos] 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2012.

SILVA, A. T. G. A. M. da. **A construção da parceria família-creche: expectativas, pensamentos e fazeres no cuidado e educação das crianças**. Tese (Doutorado

em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

UNICEF. **Crianças de 6 a 10 anos são as mais afetadas pela exclusão escolar na pandemia, alertam UNICEF e Cenpec Educação**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia> Acesso em: 12, julho, 2021.

VILAÇA, M. L. C., ARAÚJO, E. V. F. de. **Tecnologia, sociedade e educação na era digital /livro eletrônico**. UNIGRANRIO, Duque de Caxias, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Lisboa: Edições Antídoto, 1979.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 5ª ed. São Paulo: Fontes, 1994.